

Relatório de Audição

[realizada nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto]

PETIÇÃO N.º 105/XIV/1.ª

*Pela Recuperação e Preservação do Forte de São João Baptista, na Ilha de Santa
Maria*

Dia: 23 de março de 2021

Peticionária: Ângela dos Santos Loura
(*presente por videoconferência*)

Recebida por: Deputado Ivan Gonçalves (PS), relator da petição, e pelos Senhores Deputados Afonso Oliveira (PSD), Alberto Fonseca (PSD), Alma Rivera (PCP), André Ventura (CH), Carlos Silva (PSD), Eduardo Teixeira (PSD), Hugo Carneiro (PSD), João Gouveia (PS), Lina Lopes (PSD), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Miguel Matos (PS), Nuno Sá (PS), Paulo Moniz (PSD), Pedro Sousa (PS) e Vera Braz (PS)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS), relator da petição, cumprimentou a primeira peticionária, dando-lhe de seguida a palavra, para uma exposição inicial.

A Peticionária iniciou a sua exposição, salientando que o Forte de São João Baptista, situado na Praia Formosa, a sul da ilha, tem vindo a degradar-se cada vez mais nas últimas décadas, fruto da força do mar, do mau tempo e da inércia humana. Mais referiu que o mau tempo que atingiu o arquipélago em 2011, levou à derrocada de parte da estrutura, verificando-se desde então, uma degradação cada vez mais acelerada.

Referiu de seguida que, ao longo dos anos, vários especialistas na matéria têm dedicado tempo e investigação ao Forte de São João Baptista e a outras edificações do género. Saliou, em particular, os artigos publicados pelo Dr. Carlos Cruz, historiador especialista em fortificações e pelo Dr. Élvio Sousa, arqueólogo.

Mais salientou que das várias fortificações existentes na ilha, apenas uma - o Forte de São Brás - se encontra classificado como imóvel de interesse público, sendo assim objeto de proteção. Destacou ainda, que há estudos que indicam que o Forte de São João Baptista poderá ser o mais antigo dos Açores e que as duas peças de artilharia que faziam parte do Forte terão sido retiradas, desconhecendo-se a sua localização.

Mais disse que, embora tenha sido apresentado pela arquiteta da Câmara Municipal, já em 2014, um anteprojecto de reabilitação do Forte de São João Baptista, tal possibilidade foi desde logo afastada pelo Presidente da Câmara Municipal que afirmou que o Município não dispunha de verbas para esse efeito.

Em 2016, dado o estado de degradação e tendo em conta o mau tempo, houve receio de que a estrutura pudesse não resistir ao inverno. Na sequência de apreciação pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil foi vedado o acesso ao Forte, dando-lhe o aspeto que ele tem hoje. Nessa altura, deu entrada a presente petição, que foi encaminhada para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Contudo, volvidos vários anos e após várias diligências e discussões, nada foi feito quanto a este tema. O passo seguinte foi, pois, recolher as assinaturas necessárias para chegar à Assembleia da República. Em suma, concluiu dizendo que, o Forte de São João Baptista continua a perder-se, pelo que urge classificar o imóvel e dar-lhe um propósito e um destino digno, de forma a preservar a nossa história e não a deixar cair no esquecimento.

Aberta a fase de debate, fez a primeira intervenção o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) que agradeceu a presença da primeira petionária e a iniciativa. Começou por salientar que, logo no início da legislatura, fez uma pergunta ao Ministro da Defesa e ao Ministro das Finanças, relativamente à propriedade deste Forte, de forma a identificar a que entidade poderia ser solicitada a desafetação do Forte a favor do domínio da Região Autónoma dos Açores caso se viesse a concluir que o imóvel pertence ao estado, o que se verificou. Saliou ainda que o PSD apresentou um

projeto de resolução que foi aprovado, por unanimidade, em Plenário, na semana passada, que visa precisamente criar um grupo de trabalho que integre o Governo da República, o Governo dos Açores e a Associação de Municípios da Região autónoma dos Açores, para que proceda à inventariação dos imóveis do Estado, identificando aqueles que possam ser registados a favor da Região Autónoma dos Açores, com vista à sua preservação e utilização. Em particular quanto ao Forte de São João Baptista, disse que o PSD pretende a desafetação do imóvel do património do estado e a sua afetação à Região Autónoma dos Açores, com vista não só à sua preservação, mas também a sua requalificação histórica, colocando-o ao efetivo serviço da população.

A Senhora Deputada Alma Rivera (PCP) começou por saudar todos os petiçãoários e em particular a Sra. Ângela Loura, pela pertinência do tema que aqui traz. Sendo certo que este não é um assunto novo e que já está a ser discutido desde 2016, pouco ou nada se evoluiu desde então. Saliu a importância do Forte de São João Baptista não apenas para a região, mas também a nível nacional, sendo um dos fortes mais antigos da nossa história. Questionou de seguida a Senhora peticionária sobre se existe alguma afetação particular que já tenha pensado para aquele imóvel e sobre quais os principais constrangimentos que tem sentido neste processo e de que forma entende que a Assembleia da República e o PCP em particular, poderiam ajudar.

De seguida o Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS), disse querer manifestar não tanto enquanto deputado relator, mas em representação do Partido Socialista, a sua solidariedade com os petiçãoários. Referiu em particular o facto de o imóvel não se encontrar classificado, o que constitui um obstáculo à sua reabilitação e requalificação. Mencionou em particular o parecer da Câmara Municipal, que disse ter todo o interesse na reabilitação do Forte, mas que manifestou não ter os meios financeiros para proceder à obra. Saliu que, este problema não é exclusivo dos Açores, existindo em todo o território nacional imóveis do estado que necessitam de intervenção. Explicitou de seguida, os termos que a petição seguirá, e concluiu agradecendo à Senhora Peticionária que pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Na sua intervenção final, a primeira petionária agradeceu as perguntas e comentários dos Senhores Deputados. Relativamente ao processo de classificação do Forte disse ter conhecimento de, logo no início deste processo, os Deputados do PSD terem solicitado a classificação do forte. Mais disse que, ela própria tomou algumas medidas nesse sentido, no final de 2019, mas que estas nunca foram bem sucedidas e que esperava que agora o processo corresse melhor. Quanto a entraves e dificuldades, disse estes existem, nomeadamente definir para que entidade – Câmara municipal ou Região autónoma – deverá ser transmitida a posse do imóvel. Em relação a possíveis afetações do Forte quando reabilitado, houve proposta de tornar o Forte o Museu dos Fósseis, que, entretanto, já existe. Entende, contudo, que pode ter outras finalidades culturais, como realização de exposições.

O Senhor Deputado relator agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pela petionária, tendo de seguida encerrado a audição e dado por concluídos os trabalhos.

Diversas informações sobre a audição, incluindo a [gravação áudio](#), podem ser encontradas na [página internet da petição](#).

Palácio de São Bento, em 23 de março de 2021

O Deputado Relator



Ivan Gonçalves